

ÁFRICA PELOS DIREITOS DAS MULHERES

RATIFICAR E RESPEITAR!

DECLARAÇÃO DA CAMPANHA

NÓS, as organizações nacionais, regionais e internacionais dos direitos humanos e das mulheres abaixo-assinados, presentes em toda África,

ATENTAS À:

- Discriminação e violência persistente e alargada contra as mulheres: Em grande parte dos países africanos a discriminação permanece enraizada na lei e na prática: às mulheres é negada a igualdade de direitos à herança, propriedade, custódia e guarda dos filhos, e encontram-se subjugadas pelos maridos. As mulheres têm acesso desigual e limitado à educação, saúde, justiça e vida pública.

A violência continua a vitimar as mulheres tanto na esfera pública como privada. Por todo o continente as mulheres são vítimas de violência doméstica e sexual, práticas tradicionais nocivas, como é o caso da mutilação genital, ritos de viuvez, sucessão da esposa, casamento forçado e precoce. Em vários países, a recente escalada de violência política tem essencialmente vitimado as mulheres. Em períodos de conflito armado, as mulheres são normalmente as primeiras a sofrer, principal com a violência sexual que é utilizada como arma de guerra.

- Fraca adesão aos instrumentos de protecção internacional e regional dos direitos humanos da mulher:

O direito internacional exige que os Estados adoptem todas as medidas necessárias para pôr fim à discriminação e garantir o respeito pelos direitos humanos das mulheres. No entanto, embora praticamente todos os estados africanos tenham ratificado a Convenção sobre a eliminação de todas as formas de discriminação da mulher (CEDAW), houve **8 estados** que apresentaram algumas reservas em relação a esta Convenção, abalando assim o próprio princípio da não discriminação; e **35 estados** não ratificaram o Protocolo Facultativo, que permite a todas as mulheres procurarem individualmente recurso judicial contra violações. Passados cinco anos desde a sua aprovação, existem ainda **28 estados** que não ratificaram o Protocolo da Carta Africana de Direitos Humanos e das Pessoas relativamente aos direitos das mulheres em África.

- Incapacidade dos estados implementarem as reformas legais e políticas necessárias para pôr fim às violações dos direitos humanos das mulheres:

Mesmo os estados que aderiram a estes instrumentos não lograram até à data tomar as medidas necessárias para a sua implementação. Os estados continuam a manter leis que expressa ou indirectamente discriminam contra as mulheres e continuam a não aprovar leis e políticas que protejam as mulheres contra a violência e discriminação. E mesmo onde existam tais leis, as violações destas são raramente punidas e prevalece um estado de impunidade. São insuficientes os esforços realizados no sentido de criar uma maior consciência dos direitos humanos das mulheres e garantir o acesso a uma justiça livre e imparcial. Muitos estados nem sequer cumprem o dever de publicar relatórios periódicos sobre a implementação de instrumentos internacionais e regionais, reflectindo deste modo uma grave falta de compromisso de protecção e promoção dos direitos humanos das mulheres.

RECONHECER:

t- A necessidade de mobilizar: É urgente todas as organizações da sociedade civil, tanto ONG de direitos humanos como organizações dos direitos das mulheres, trabalhem em conjunto na luta contra

a discriminação e violência contra as mulheres, que prejudica sociedades inteiras e gerações futuras.

REITERAMOS que os governos nacionais são os primeiros responsáveis por garantir o respeito pelos direitos humanos das mulheres. Cultura, tradição e religião não poderão ser invocadas como justificações pelas violações dos direitos humanos das mulheres. O fim da discriminação e violência contra as mulheres é antes de mais uma questão de vontade política.

POR ESTE MEIO vimos lançar uma campanha de mobilização de todos os actores africanos e internacionais a favor da efectivação da igualdade dos géneros e dos direitos humanos das mulheres em África;

PEDIMOS aos estados africanos que tomem todas as medidas necessárias para garantir o respeito pelos direitos humanos das mulheres, incluindo direitos civis, políticos, económicos, sociais e culturais, com especial consideração pela:

- Ratificação sem reservas do Protocolo da Carta Africana de Direitos Humanos e das Pessoas relativamente aos direitos das mulheres em África, da CEDAW e do Protocolo Facultativo da CEDAW;
- Adaptação da legislação nacional em conformidade com as disposições dos instrumentos internacionais e regionais de protecção dos direitos humanos das mulheres, eliminando leis discriminatórias e aprovando leis de protecção dos direitos humanos das mulheres;
- Implementação de todas as medidas necessárias para garantir a aplicação eficaz destas leis.

APELAMOS a todos os actores nacionais, regionais e internacionais que se juntem a esta Campanha para que, em conjunto, alcancemos a igualdade dos géneros e o pleno respeito pelos direitos humanos das mulheres.

